

Base para o Crescimento e a Prosperidade



Câmpus de Komaba, Universidade de Tóquio

O sistema educacional japonês teve um papel central para possibilitar que o país superasse os desafios apresentados pela necessidade de absorver rapidamente as ideias, a ciência e a tecnologia ocidental no período Meiji (1868-1912), além de ter sido um fator-chave para a recuperação e o rápido crescimento econômico do Japão nas décadas seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Nos primeiros anos do século XXI, contudo, a sociedade japonesa tem enfrentado diversos desafios em decorrência das mudanças nas normas culturais, dos avanços na ciência e tecnologia, da globalização econômica e de um ambiente de negócios conturbado. Formar jovens que possam superar esses desafios é uma tarefa crítica para a educação japonesa. A direção a ser tomada nessa empreitada também é algo crucial para o sistema educacional do Japão. O futuro do setor é assunto de muitas discussões dentro do governo, na comunidade educacional e na sociedade japonesa como um todo.

Histórico

O ensino da leitura e escrita existiu de alguma forma desde a introdução da escrita chinesa e do budismo no século VI. Em 701, o Código Taiho estabeleceu escolas para os filhos da nobreza, tanto na capital como nas províncias. Com o início do período Kamakura (por volta de 1185-1333), um número cada vez maior de filhos de samurais recebeu educação formal, mas foi só no período de 265 anos de paz do Período Edo (1603-1868) que a educação se tornou generalizada tanto entre a elite como entre os comuns.

A educação no período Edo foi principalmente baseada em conceitos confucianos que enfatizavam a memorização e o estudo de clássicos chineses. Dois principais tipos de escolas se desenvolveram. O primeiro tipo eram as escolas *hanko*, que totalizavam 270 estabelecimentos até o final desse período e forneciam educação principalmente para as crianças da classe samurai. O segundo tipo eram as escolas *terakoya*, que matriculavam tanto os filhos dos comuns como dos samurais e concentravam-se no ensinamento de valores morais, escrita, leitura e aritmética. As escolas *terakoya* normalmente tinham um único professor ou um casal, e haviam dezenas de milhares dessas escolas até o final do período Edo.

A taxa de alfabetismo do Japão na época do colapso do shogunato Tokugawa, em 1868, era maior do que esse índice na maioria dos países ocidentais da época. Sem essa base educacional, a rápida modernização alcançada nos anos seguintes não teria sido possível.

Os líderes Meiji se mobilizaram rapidamente para estabelecer um novo sistema educacional como uma das partes principais dos esforços para se aproximar do ocidente e promover a unidade nacional. Um sistema de três camadas foi estabelecido contendo educação básica, ensino médio e ensino universitário, sendo que a educação básica era obrigatória para todos os garotos e garotas.

Depois do fim da Segunda Guerra Mundial, a Lei Fundamental da Educação e a Lei da Educação Escolar entraram em vigor em 1947 sob a direção das Forças da Ocupação. A Lei de Educação Escolar definiu o sistema que continua em vigência até os dias de hoje: seis anos de ensino primário, três anos de ensino fundamental, três anos de ensino médio e de dois a quatro anos de estudos universitários. Os ensinos primário e fundamental são obrigatórios para todos. Também existem jardins de infância (frequentados do 1º ao 3º ano de idade), colégios técnicos de cinco anos para egressos do ensino fundamental, escolas de treinamento especial para egressos dos ensino fundamental e médio, e escolas especiais para portadores de necessidades especiais. As universidades incluem cursos de graduação, tecnólogo e especialização.



Crianças do ensino primário
(Foto: Cortesia de Getty Images)

Escolas e Currículo Escolar

Calendário escolar: Para a maioria das escolas de ensino primário, fundamental e médio, o ano escolar japonês começa em 1º de abril e é dividido em três partes: de abril a julho, de setembro a dezembro, e de janeiro a março. Algumas escolas seguem um calendário de duas partes. A transição gradual da semana escolar de seis dias para a semana escolar de cinco dias foi finalizada em 2002.

Muitas escolas particulares, contudo, continuam a ter aulas aos sábados e, nos últimos anos, algumas escolas públicas de ensino médio também obtiveram permissão especial para reintroduzir as aulas aos sábados para que tivessem mais tempo para abordar os assuntos necessários.

Diretrizes dos cursos escolares: O Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia prepara diretrizes com as orientações básicas sobre cada matéria ensinada nas escolas japonesas e sobre os objetivos e conteúdo do ensino em cada série. Essas diretrizes são revisadas, em média, a cada dez anos, e são seguidas por todas as escolas do país.

Livros escolares: Todas as escolas de ensino primário, fundamental e médio são obrigadas a usar os livros escolares avaliados e aprovados pelo Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia. O objetivo desse sistema de autorização oficial, que existe desde 1886, é a padronização da educação e a manutenção da objetividade e neutralidade em questões políticas e religiosas. Um sistema de distribuição gratuita de livros escolares para a educação obrigatória foi estabelecido em 1963. Os livros escolares usados em cada distrito escolar público são selecionados pela diretoria de educação local dentre os candidatos aprovados pelo governo, tendo por base uma avaliação da diretoria de educação da prefeitura. Nas escolas privadas, o diretor da escola é responsável pela escolha.

Educação pré-escolar: A educação prévia ao ensino primário é fornecida nos jardins de infância (*yochien*) e creches (*hoikuen*). As creches públicas e privadas aceitam crianças de 1 a 5 anos de idade, e seus programas para as crianças de 3 a 5 anos são semelhantes ao programa dos jardins de infância. Aproximadamente 60% de todos os jardins de infância são particulares. A frequência total de crianças de 5 anos nos jardins de infância e creches é de mais de 95%. A abordagem educacional nos jardins de infância varia consideravelmente, de ambientes sem estrutura definida com foco em brincadeiras e pouco ensino formal, até ambientes altamente estruturados com foco no treinamento mental.

Escolas primárias: A frequência nas escolas primárias é obrigatória a partir dos seis anos, e 99% das escolas primárias são instituições públicas coeducacionais. Um único professor é determinado para cada turma e é responsável por ensinar a maioria das matérias, as exceções geralmente ocorrem em matérias como música e artes. Em 2011, o tamanho máximo de uma turma em uma escola pública de ensino fundamental era de 35 para a 1ª série e 40 para outras séries. Em princípio, as salas não fazem qualquer segregação baseada nas habilidades estudantis demonstradas, mas para aprender algumas matérias os alunos podem ser divididos em grupos que levem o nível de proficiência em consideração. O currículo escolar inclui as seguintes matérias: língua japonesa, estudos sociais, aritmética, ciência, estudos do ambiente biológico, música, arte e artesanato, educação física e serviços domésticos. As exigências curriculares também incluem atividades extraclasse, um curso de educação moral e estudos integrados, que cobrem uma grande variedade de assuntos (estudos internacionais, meio ambiente, atividades voluntárias, etc.). Ensinar a ler e escrever talvez sejam as partes mais importantes do currículo da escola primária: além dos dois sistemas silábicos japoneses, os estudantes também aprendem pelo menos 1.006 caracteres chineses até o final da sexta série.

Ensino fundamental: A frequência ao ensino fundamental é obrigatória por três anos. Mais de 90% das escolas de ensino fundamental são instituições públicas coeducacionais. Todos os anos os estudantes são designados para turmas de até 40 alunos (o tamanho médio de cada turma em 2010 era de 29,4 alunos), nas quais as crianças receberão as aulas. A maioria das aulas não têm nenhuma segregação baseada nas habilidades estudantis, mas algumas escolas implementaram sistemas de divisão de turmas em diferentes níveis para aulas de matemática e inglês. O currículo padrão inclui as seguintes matérias obrigatórias: língua japonesa, estudos sociais, matemática, ciências, uma língua estrangeira (quase sempre inglês), música, belas artes, saúde e educação física, e artes industriais ou serviços domésticos. As exigências curriculares também incluem atividades extraclasse, um curso de educação moral e estudos integrados.

Ensino médio: A frequência ao ensino médio é opcional. Em 2010, 98% de todos os estudantes de ensino fundamental entraram no ensino médio, e cerca de 74% dessas escolas são públicas. A entrada no ensino médio baseia-se em uma prova de desempenho e há uma competição intensa para entrar

nas melhores escolas. Os estudantes que frequentam escolas com ensino fundamental e médio integrados não precisam passar pela pressão dos exames de admissão ao ensino médio, mas o número de escolas unificadas no sistema público escolar ainda é relativamente pequeno. O currículo básico do ensino médio inclui as seguintes matérias obrigatórias: língua japonesa, geografia e história, educação cívica, matemática, ciências, saúde e educação física, artes, língua estrangeira, economia doméstica e informação. Atividades extraclasse e estudos integrados também são exigidos. Os estudantes que participam de programas vocacionais especiais também fazem cursos em sua área de estudo (empresarial, arte industrial, agricultura, etc.) e cumprem menos horas de estudo nas matérias do currículo básico em comparação com alunos regulares.

Atualmente, quase todos os alunos do ensino fundamental entram no ensino médio independentemente de sua vontade ou disposição para aprender. Por isso, as escolas buscam reduzir a apatia estudantil e a evasão escolar. Como parte desses esforços, modelos novos e mais diversificados de educação de ensino médio estão sendo introduzidos para responder melhor às diferentes habilidades e interesses de alunos individuais. Exemplos desses novos modelos incluem escolas de ensino médio com sistemas de crédito, em que a formatura é baseada no número de créditos acumulados ao invés da finalização de um número específico de anos acadêmicos; e escolas de programa integrado, onde os estudantes têm maior flexibilidade de escolha de acordo com seus interesses e habilidades individuais.



*Garotas do ensino médio estudando
(Foto: Cortesia de Getty Images)*

Universidades: A porcentagem de egressos do ensino médio japonês que fazem faculdades de dois ou quatro anos ultrapassou 41% em 1993 e ficou em 53,6% em 2012. O índice para faculdades e universidades de quatro anos especificamente foi de cerca de 47,7% em 2012. A grande maioria de estudantes universitários são do sexo feminino, e 77% de todas as universidades e 93,1% de todas as faculdades são privadas. Em 2012, 13,8% dos formandos das universidades de quatro anos continuaram seus estudos na especialização.

Uma série extensiva de reformas foi implementada recentemente no sistema universitário japonês, incluindo mudanças particularmente drásticas no sistema universitário nacional. Em 2004, as 99 universidades nacionais foram reorganizadas em 87 instituições. Além disso, as universidades nacionais - que costumavam ser órgãos internos do Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia - foram transformadas em instituições administrativamente independentes com o objetivo de criar um ambiente mais competitivo e independente, em que as universidades pudessem introduzir técnicas de administração do setor privado e desenvolver seu próprio potencial com relação a educação e pesquisa. Com o objetivo de formar pessoas com a amplitude de conhecimentos técnicos

exigida pela sociedade, muitas universidades também estabeleceram novos programas universitários especializados em negócios e direito.

O número de estudantes estrangeiros em universidades japonesas continua a crescer, com um total de alunos nos colégios, universidades e faculdades chegando a 141.774 em maio de 2010. Aproximadamente 96,8% desses estudantes vêm da Ásia.

Escolas de reforço e cursos preparatórios: Embora não sejam parte do sistema educacional principal, escolas de reforço acadêmico (*gakushujuku*) e cursos preparatórios (*yobiko*) também desempenham um papel significativo na educação do Japão. Os cursos preparatórios são estritamente focados no preparo de estudantes para exames de admissão às universidades. As escolas de reforço acadêmico têm um objetivo mais geral, de ajudar os estudantes a acompanharem e excederem o ensino escolar regular, embora a preparação para provas também seja frequentemente enfatizada. De acordo com estimativas oficiais do Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia para o ano fiscal de 2008, 25,9% dos estudantes de escolas públicas de ensino primário e 53,5% dos estudantes de escolas públicas de ensino fundamental frequentam escolas de reforço.

O Desafio da Reforma

O sistema educacional japonês enfatiza a colaboração, disciplina em grupo e a obediência aos padrões estabelecidos. O sistema foi muito proveitoso para o país, produzindo uma força de trabalho industrial bem treinada que tornou o Japão uma potência econômica global no século XX. O sucesso do sistema reflete-se também no fato de a maioria dos japoneses se considerarem de classe média e reconhecerem que a educação é o caminho para a prosperidade de seus filhos.

Em 2006, o governo aprovou a primeira revisão da história da Lei Fundamental da Educação, de 1947. Essa revisão incluiu medidas que orientavam o sistema educacional a estimular uma postura altruísta, o respeito à tradução e cultura, e o patriotismo. As diretrizes curriculares também foram revisadas em 2008 para melhorar a educação básica através da promoção de habilidades e conhecimentos gerais e do aumento do número de horas de aula. As novas diretrizes curriculares serão introduzidas no ano escolar de 2012 para as escolas de ensino primário e no ano escolar de 2013 para as escolas de ensino fundamental.

Em 1949, Hideki Yukawa se tornou o primeiro japonês a receber um Prêmio Nobel, ganhando um prêmio de física por ter previsto a existência de mesotrons. Ele foi sucedido por Reona Esaki com um prêmio de física em 1973, Susumu Tonegawa com um prêmio de fisiologia/medicina em 1987, e Kenzaburo Oe com um prêmio em literatura em 1994. Mais recentemente, japoneses ganharam Prêmios Nobel em sequência na área de ciências naturais. Em 2002, Masatoshi Koshihara, da Universidade de Tóquio, ganhou um prêmio de física; Akira Suzuki, da Universidade de Hokkaido, e Eiichi Negishi, da Universidade de Tóquio, ganharam prêmios de química em 2010; e Shinya Yamanaka, da Universidade de Kyoto, ganhou um prêmio de fisiologia/medicina em 2012, pelo desenvolvimento da célula iPS. Em 2008 e 2010 apenas, um total de seis japoneses receberam prêmios de física e química, a maior honra para cientistas naturais, ressaltando o objetivo do Japão em se tornar um líder mundial em ciência e tecnologia.